



CONSELHO SUPERIOR
DOS TRIBUNAIS
ADMINISTRATIVOS
E FISCAIS

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

ADG/1/2025/CSTAF

PROCEDIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE TV, INTERNET, VOZ E COMPLEMENTOS





Em cumprimento do disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e na sequência do Despacho da Sr.ª Juíza Secretária do CSTAF, de 17 de fevereiro de 2025, no uso de competência delegada, conforme o Despacho (extrato) n.º 14029/2024, de 19 de novembro de 2024, publicado no Diário da República n.º 230, Série II, de 27 de novembro, convida-se V. Ex.ª a apresentar proposta para o fornecimento de TV, internet, voz e complementos ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), objeto deste procedimento de contratação pública, cujos termos e condições constam do caderno de encargos, onde são indicadas as especificações e outros elementos que nos termos legais, terão de ser observados.

Artigo 1.º - Objeto do Procedimento

O presente convite tem por objeto principal a aquisição de serviços de fornecimento de TV, internet, voz e complementos, cujas quantidades, características, especificações e requisitos técnicos constam no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), NIPC 600081133, com sede na Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 79, 1269-137 Lisboa, telefone 21 321 62 67, endereço de correio eletrónico correio@cstaf.pt e utilizando a plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>.

Artigo 3.º - Fundamento da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 4.º - Prazo

O contrato entra em vigor na data da efetiva disponibilização do serviço, considerando-se como diligências pré-contratuais a instalação, ativação e montagem dos equipamentos





necessários, vigorando pelo prazo de 24 meses, correspondente ao período de fidelização *standard* com operadores de telecomunicações em território nacional.

Artigo 5.º - Preço base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento é de 8.625,12€ (oito mil seiscentos e vinte e cinco euros e doze cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base referido no número anterior decompõe-se da seguinte forma:
 - a. Valor mensal de 359,38€ (trezentos e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), que inclui:
 - i. Solução TV , NET, VOZ (10Gbps/10Gbps) – 204,77€ (duzentos e quatro euros e setenta e sete cêntimos);
 - ii. Telemóveis – 29,91€ (vinte e nove euros e noventa e um cêntimos);
 - iii. Bandas largas móveis – 124,70€ (cento e vinte e quatro euros e setenta cêntimos).
3. As quantidades, características e funcionalidades correspondentes aos serviços mencionados no número anterior estão disponíveis no Caderno de Encargos.
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao CSTAF, nomeadamente as despesas com meios humanos, salários, despesas de armazenamento e de manutenção de meios materiais, acondicionamento, transporte, montagem e desmontagem, deslocação de colaboradores, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o adjudicatário haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente caderno de encargos e do contrato.
5. Considera-se anormalmente baixo o preço total da proposta igual ou inferior a 50% do preço base fixado, nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do CCP.
6. Será excluída a proposta em que o preço contratual seja superior ao preço base referido no número 1 do presente artigo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
7. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto do contrato de aquisição a celebrar e que decorram da normal execução do mesmo, mas que não estejam





especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.

Artigo 6.º - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta a apresentar pelo concorrente terá de integrar os seguintes documentos:
 - a. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos, assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b. Documento que contenha os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, nomeadamente:
 - i. Preços unitários dos serviços a prestar, por mês;
 - ii. Quantidades, características e funcionalidades dos serviços a prestar;
 - iii. Preço global dos serviços a prestar para os 24 meses, que corresponderá ao preço global da proposta.
 - c. Documentos que comprovem o cumprimento dos termos ou condições previstas no Caderno de Encargos, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, aos quais o CSTAF pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente:
 - i. Condições de pagamento;
 - ii. Prazo de instalação e ativação;
 - iii. Prazo de manutenção da proposta.
 - d. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para a completude da manifestação da vontade de contratar;
 - e. Certidão do registo comercial do concorrente, bem como, em caso de a mesma não ser suficiente para comprovar os poderes do subscritor dos documentos que constituem a proposta, o instrumento jurídico que lhe atribui esses poderes, válido e atualizado.
2. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.





3. A proposta, bem como todos os documentos a esta associados, devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data-limite para a sua entrega.

Artigo 7.º – Apresentação de propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente procedimento, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

Artigo 8.º – Negociação

Não haverá lugar a negociação de propostas.

Artigo 9.º – Modo e prazo para apresentação das propostas

1. A proposta e os documentos que instruem a mesma deverão ser enviados através da plataforma <https://www.acingov.pt/> até às 23:59h do 5.º dia, contado a partir da data de envio do convite.
2. A data-limite fixada no n.º 1 pode, a pedido de qualquer interessado e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado, quando o convite ou o caderno de encargos não puderem ser fornecidos, nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento.

Artigo 10.º – Documentos de habilitação

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 2 (dois) dias, deve o adjudicatário entregar os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;





- b. Certidão emitida pelo Serviço de Finanças que ateste a sua situação contributiva regularizada;
 - c. Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., que ateste que tem a sua situação regularizada perante a mesma;
 - d. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (declaração de registo criminal dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e certificado de registo criminal da pessoa coletiva).
2. O adjudicatário deve ainda remeter a declaração de beneficiário no RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo), nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
 3. O CSTAF concede ao adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11.º - Celebração de contrato escrito

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 2 (dois) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite a mesma minuta.
3. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104º do CCP.
4. O contrato será reduzido a escrito.

